

montante de € 300, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, até ao final do contrato, não conferindo ao segundo outorgante a qualidade de funcionário ou agente e com efeitos a partir de 7 de Outubro de 2006.

18 de Setembro de 2006. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.
3000216995

Aviso

Por despacho do reitor desta Universidade, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 31 de Julho de 2006, foi autorizada a contratação da licenciada Marta Inês Jardim Branco, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para exercer funções de técnico superior, grau 1, nível 74, de acordo com o regulamento da celebração dos contratos individuais de trabalho e com o despacho n.º 54/R/2006, de 25 de Maio, pelo prazo de um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

18 de Setembro de 2006. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.
3000216996

Aviso

Por despacho do reitor desta Universidade, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 28 de Julho de 2006, foi renovado o contrato de avença celebrado em 3 de Janeiro de 2006, pelo prazo de quatro meses, entre a Universidade da Madeira e Jorge Manuel Sousa Freitas, a desempenhar funções na sua especialidade, engenharia de sistemas e computadores, no âmbito de contrato-programa, acção n.º 9, no montante de € 1858,41, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, até ao final do contrato, não conferindo ao segundo outorgante a qualidade de funcionário ou agente e com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

18 de Setembro de 2006. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.
3000216998

Aviso

Por despacho do reitor desta Universidade, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 31 de Julho de 2006, foi autorizada a contratação da bacharel Susana Maria Fonseca Sequeira, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para exercer funções de técnico, grau 2, nível 35, de acordo com o regulamento da celebração dos contratos individuais de trabalho e com o despacho n.º 55/R/2006, de 30 de Maio, pelo prazo de um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

18 de Setembro de 2006. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.
3000216999

Aviso

Por despacho do reitor desta Universidade, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 28 de Abril de 2006, foi celebrado contrato de avença, em 1 de Maio de 2006, pelo prazo de três meses, entre a Universidade da Madeira e Renato Franco Fernandes Bazenga Marques, para desempenhar funções na sua especialidade, no âmbito do Projecto ICE-INTERREG III B 2000-2006, no montante de € 259,79, até ao final do contrato, não conferindo ao segundo outorgante a qualidade de funcionário ou agente e produzindo efeitos a partir da sua celebração.

18 de Setembro de 2006. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.
3000217001

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Aviso

Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de tra-

balho a termo certo, pelo prazo de 12 meses, na categoria de técnico superior de 2.ª classe (arquitectura), com Sofia Isabel Bernardo Massano.

Mais, torna-se público que o referido contrato foi celebrado ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da lei acima referida, por urgente conveniência de serviço, tendo o início de funções ocorrido em 2 de Novembro de 2006.

3 de Novembro de 2006. — O Vereador da Divisão Administrativa e Financeira, *João José Ferreira Mendes Massano*. 1000307795

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Aviso

Abertura de concurso interno de acesso a vários lugares

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu despacho n.º 137/2006, de 2 de Outubro, e nos termos dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de vários lugares:

Grupo de pessoal técnico superior:

Referência A — um lugar de técnico superior de comunicação social assessor;

Referência B — um lugar de técnico superior de biblioteca e documentação de 1.ª classe;

Referência C — um lugar de técnico superior de 1.ª classe;

Referência D — um lugar de arquitecto 1.ª classe;

Grupo de pessoal técnico:

Referência E — um lugar de técnico de educação de 1.ª classe;

Grupo de pessoal técnico-profissional:

Referência F — dois lugares de desenhador especialista principal;

Grupo de pessoal administrativo:

Referência G — dois lugares de assistente administrativo especialista;

Referência H — cinco lugares de assistente administrativo principal;

Grupo de pessoal operário:

Referência I — dois lugares de operário qualificado — pedreiro principal;

Referência J — um lugar de operário qualificado — viveirista principal;

Grupo de pessoal de informática:

Referência L — dois lugares de técnico de informática do grau 2, nível 1.

1 — Ao presente concurso são aplicadas as regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 97/2001, de 26 de Março.

2 — Prazo de validade — para as presentes vagas e cessa com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho — no concelho de Alcochete.

4 — As candidaturas devem ser formalizadas através de requerimento de admissão dirigido ao vereador do pelouro dos recursos humanos, dele devendo constar o nome, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, nacionalidade, número e data de emissão do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, morada, código postal e telefone, se o houver, habilitações literárias, *curriculum vitae* — para os candidatos das referências A a J — e identificação do lugar a que concorre, podendo ser entregue pessoalmente, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o Largo de São João, 2890 Alcochete, até ao termo do prazo para que foi aberto.

5 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de certidões dos serviços onde os candidatos desempenham funções, comprovativas dos requisitos exigidos para o concurso, de onde constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria e o escalão detidos e a antiguidade na função pública.

5.1 — Certificado autêntico ou documento idóneo comprovativo das habilitações literárias.

6 — A selecção dos candidatos será feita mediante a aplicação dos métodos estabelecido na alínea *a*) dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho: avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, para as referências A a J e para a referência L de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, e na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de Julho: prova de conhecimentos e entrevista profissional de selecção. A média aritmética destes dois métodos de selecção será a classificação final, em que:

Referências A a I:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

Referência J:

$$CF = \frac{PC + EPS}{2}$$

6.1 — Avaliação curricular (*AC*) — avalia as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica de base, a formação e a qualificação e experiência profissionais na área para que o concurso foi aberto, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{A + B + C + D}{4}$$

em que:

- A* = habilitação académica de base;
- B* = experiência profissional;
- C* = formação profissional;
- D* = classificação de serviço.

6.1.1 — As designações *A*, *B*, *C* e *D* correspondem aos factores de ponderação da avaliação curricular.

6.2 — Prova de conhecimentos (*PC*) — a prova de conhecimentos gerais será escrita, com uma duração não superior a sessenta minutos, avaliada de 0 a 20 valores, e versará sobre as seguintes matérias:

- 1) Legislação — Lei da Criminalidade Informática — Lei n.º 109/91, de 17 de Agosto (poderá ser consultada legislação);
- 2) *Hardware* — configuração e resolução de problemas;
- 3) Instalação e administração dos sistemas operativos Microsoft Windows 2000 e XP Professional.

6.3 — Entrevista profissional de selecção (*EPS*) — destinada a avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o desempenho do lugar, onde serão avaliadas as seguintes características:

- a*) Sentido de responsabilidade;
- b*) Preocupação pela valorização e actualização profissionais;
- c*) Motivação e interesse;
- d*) Qualificação e perfil para a função.

6.4 — Os candidatos que obtiverem na avaliação curricular e na prova de conhecimentos classificação inferior a 9,5 valores serão excluídos dado o carácter eliminatório destes métodos de selecção.

6.5 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular da prova de conhecimentos e da entrevista profissional de selecção, constam de acta do júri, que será fornecida aos candidatos quando solicitada.

6.5 — Em caso de igualdade de classificação proceder-se-á ao desempate nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7 — As falsas declarações serão punidas nos termos legais.

8 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas nos DA. Os candidatos serão convocados para a realização dos métodos de selecção nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar e toda e qualquer forma de discriminação.

10 — De acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho,

o júri do concurso tem a seguinte composição, para cada uma das referências:

Presidente (para todas as referências) — Dr. Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, vereador, que será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

Referência A:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Dr.ª Susana Isabel do Nascimento Pereira, técnica superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, vereador.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referência B:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Dr.ª Fernanda Paula Barreira Costa, técnica superior de história assessora.

Vogais suplentes:

José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, vereador.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referência C:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Vitor Manuel Martins Carvalheira, chefe da Divisão de Administração Urbanística.

Vogais suplentes:

Arquitecta Liliana Maria Fernandes Leitão Santos, arquitecta assessora principal.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referência D:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Vitor Manuel Martins Carvalheira, chefe da Divisão de Administração Urbanística.

Vogais suplentes:

Arquitecta Liliana Maria Fernandes Leitão Santos, arquitecta assessora principal.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referência E:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Dr.ª Maria Paula Fernandes Dias, técnica superior de relações internacionais de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, vereador.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referência F:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Vitor Manuel Martins Carvalheira, chefe da Divisão de Administração Urbanística.

Vogais suplentes:

Arquitecta Liliana Maria Fernandes Leitão Santos, arquitecta assessora principal.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referências G e H:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Vogais suplentes:

Dr.ª Cláudia Alexandra de Oliveira Arroiteia Santos, técnica superior de administração pública e autárquica de 2.ª classe.

Maria Fernanda Simões Oliveira Bastos, chefe de repartição.

Referência I:

Vogais efectivos:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

Engenheira Cristina Maria Gameiro Caldas, chefe da Divisão de Serviços Urbanos.

Vogais suplentes:

José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, vereador.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referência J:

Vogais efectivos:

José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, vereador.

Engenheira Cristina Maria Gameiro Caldas, chefe da Divisão de Serviços Urbanos.

Vogais suplentes:

Engenheira Maria João Reis Gomes Oliveira, engenheira técnica de 1.ª classe.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Referência L:

Vogais efectivos:

Fernando da Silva Tapadas Gonçalves, técnico de informática do grau 3, nível 1.

Dr.ª Maria Dulce Lóia Boieiro Constantino, técnica superior de recursos humanos assessora.

Vogais suplentes:

António Luís Lucas Rodrigues, vice-presidente.

José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, vereador.

4 de Outubro de 2006. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *Paulo Alves Machado*. 1000307806

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Aviso n.º 1/06

Discussão pública da alteração ao alvará de licenciamento do loteamento n.º 4/01 — Processo de loteamento urbano n.º 5/96

(nos termos das disposições conjugadas dos artigos 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99 e 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99)

Pelo presente se faz saber que na Câmara Municipal de Almeirim corre termos o pedido de alteração ao alvará de licenciamento do loteamento n.º 4/01, processo de loteamento urbano com o n.º 5/96, em que é requerente FIMES UM — Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, legalmente representada pela GESFIMO — Espírito Santo Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento imobiliário, S. A., tendo em vista o licenciamento administrativo da alteração aos lotes 1 a 21, 23 a 33, 35 a 45 e 47 a 55, destinados a moradias unifamiliares, com a construção de caves destinadas exclusivamente a estacionamento, da operação de loteamento que incidiu sobre o prédio rústico denominado «Quinta da Alorna», actualmente entre a estrada nacional n.º 114 e a projectada circular da cidade de Almeirim, em Almeirim, freguesia de Almeirim, descrito na Conservatória do Re-

gisto Predial de Almeirim sob o n.º 01753, da freguesia de Almeirim, e inscrito na matriz sob o artigo 0026.0001 (antes artigo 1 da secção x a x7), da mesma freguesia.

A operação de loteamento abrange 49 lotes e 49 fogos, estando prevista a criação de caves destinadas exclusivamente a estacionamento.

A referida operação mereceu parecer dos serviços da Câmara no sentido de conformidade com o Plano Director Municipal e Plano de Urbanização de Almeirim.

Assim, e nos termos dos preceitos legais citados supra, faz-se saber que a aprovação da operação de loteamento referida é precedida de um período de 15 dias de discussão pública, contados a partir do 8.º dia posterior à publicação do presente aviso, durante o qual todos os interessados poderão apresentar as suas reclamações, informações e sugestões, que a Câmara deverá ponderar, e que o processo poderá ser consultado na Câmara Municipal de Almeirim todos os dias entre as 9 e as 16 horas.

3 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes*. 1000307793

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS

Aviso n.º 97/2006 — R. H.

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2006, proferido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico profissional de 1.ª classe, aberto através de aviso afixado no Edifício dos Paços do Concelho de Arruda dos Vinhos, em 21 de Julho de 2006, foi nomeado o concorrente classificado Jorge Humberto Pereira Luís.

Mais se torna público que o nomeado deverá proceder à aceitação da nomeação para o referido lugar no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*. 3000219651

Aviso n.º 98/2006 — R. H.

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 13 de Outubro de 2006, proferido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de fiscal municipal especialista, aberto através de aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 153, de 9 de Agosto de 2006, foi nomeado o concorrente classificado Mário José Sopa Correia.

Mais se torna público que o nomeado deverá proceder à aceitação da nomeação para o referido cargo no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*. 3000219653

Aviso n.º 101/2006 — R. H.

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 27 de Outubro de 2006, proferido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de dois lugares de técnico profissional de secretaria especialista, aberto através de aviso afixado no Edifício dos Paços do Concelho de Arruda dos Vinhos, em 28 de Setembro de 2006, foram nomeadas as duas concorrentes classificadas: Florbela Rosa Oliveira Cachapa e Maria Irene Santos Pimenta Terrucha.

Mais se torna público que as nomeadas deverão proceder à aceitação da nomeação para os referidos cargos no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*. 3000219654